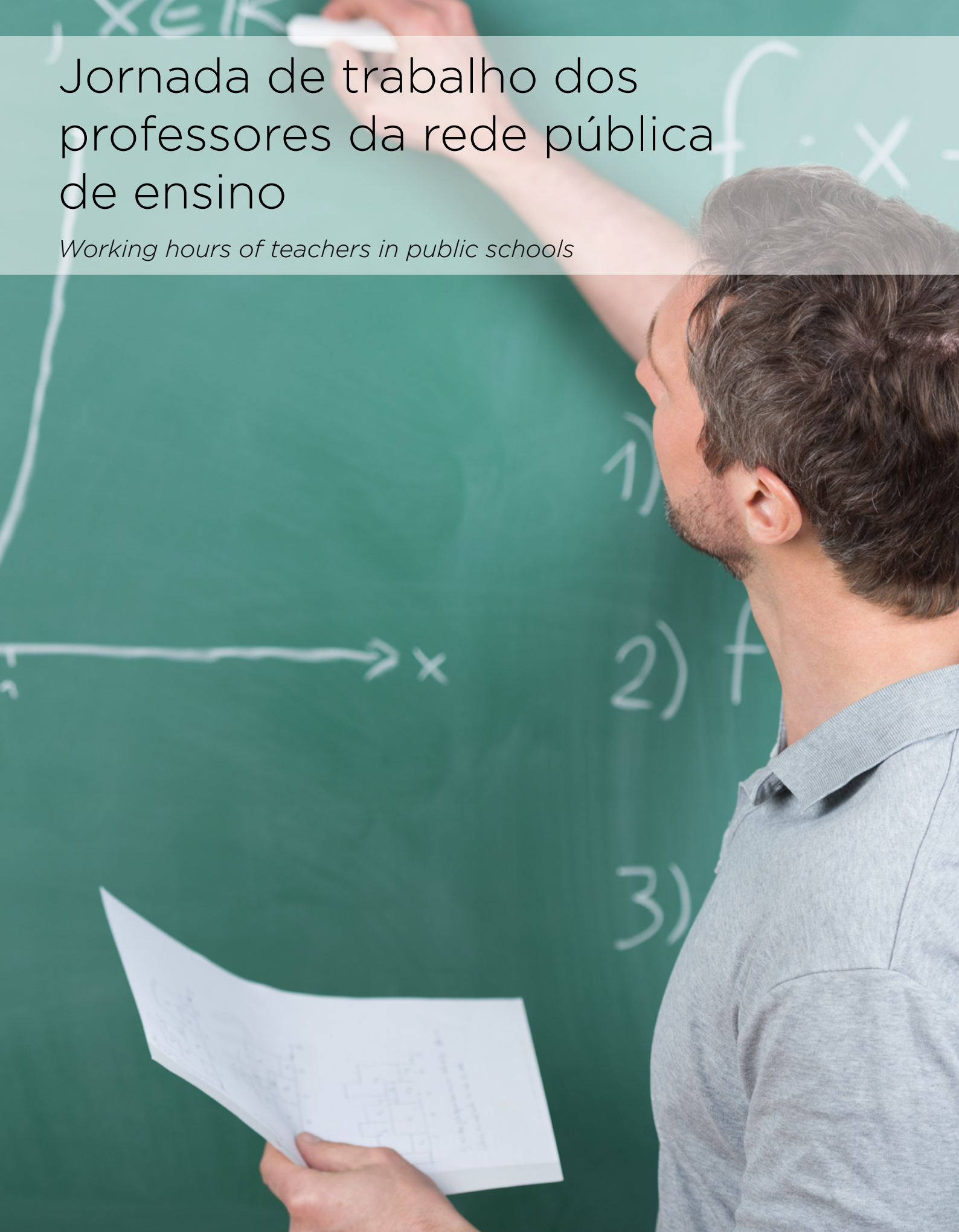


# Jornada de trabalho dos professores da rede pública de ensino

*Working hours of teachers in public schools*



## Resumo

Os professores contam com uma jornada de trabalho que inclui, além do tempo de ensino, vários outros tempos demandados para as atividades extraclases. Eles têm grandes demandas profissionais, que podem se refletir em longas jornadas, difíceis de ser conciliadas com a vida pessoal-familiar, em especial pela predominância das mulheres no setor de ensino. Assim, o objetivo deste artigo é compreender a jornada de trabalho de professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Para isso, foi aplicado um questionário para 95 professores da rede pública - 17 deles foram entrevistados, além de uma diretora e um representante sindical. Além disso, foram coletados dados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho para entender a jornada, inclusive considerando a questão do gênero. Foi identificada uma grande variação na amostra de professores pesquisados quanto ao número de escolas onde atuam, bem como de turmas, de alunos e também em relação ao tempo dedicado ao ensino e atividades extraclasse. Merece atenção o fato de ter sido identificada uma concentração significativa de professores em situações extremas de demandas e de jornada de trabalho.

Palavras-chave: Organização do Trabalho. Jornada de Trabalho. Ensino Público. Professores. Conflitos Trabalho-Família.

## Abstract

The teachers working hours include time in class and time for several others extra class activities. They have large professional demands that could represent working long hours, what makes difficult to conciliate with personal and familiar demands, in especial considering the predominance of women in the teaching sector. The aim of this paper is to understand working hours of elementary and high school teachers in public schools in the State of São Paulo. For this purpose, a sample of 95 teachers answered a questionnaire, 17 of whom were also interviewed, besides one school director and one union representative. Data was gathered from RAIS (Annual Report of Social Information), issued by the Labor Ministry, containing information regarding working hours, considering gender mix. There was a wide variation in the sample of teachers surveyed, related to the number of schools where they work, classes, students, time in class and time in extra class activities. Deserve attention the fact of it was identified a large concentration of teachers in extreme situations regarding to the demands of work and working hours.

Keywords: Work Organization. Working Hours. Public Education. Teachers. Work and Family Conflict.

---

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da tese de doutorado de Graciela Sanjutá Soares Faria, orientado pela professora Alessandra Rachid.

<sup>2</sup> Doutora em Gestão da Produção pela UFSCar. *E-mail*: graciela.sanjuta.faria@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Engenharia Mecânica pela Unicamp. *E-mail*: arachid@ufscar.br

Neste artigo, objetiva-se compreender a jornada de trabalho dos professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo em termos das demandas cotidianas enfrentadas por eles, do funcionamento dessa jornada, da distribuição do seu tempo de trabalho em atividades variadas e da frequência dos conflitos trabalho-família vivenciados.

Uma das características marcantes das atividades docentes é “a mobilização física e intelectual para o exercício da docência na escola, no domicílio ou em lugares determinados para preparação de aulas, correções, estudos, reuniões, etc” (SOUZA, 2008, p. 358). Além das horas em sala de aula, o professor precisa se dedicar a atividades extraclasse, como: a preparação de aulas, a correção de provas e o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), previsto para planejamento e troca de experiências com os colegas. Dessa forma, há uma marcante diferença entre o tempo de ensino e o tempo de trabalho.

Observa-se que a atividade docente se dá no espaço público, na escola, e também no espaço privado, em casa, não existindo barreiras que impeçam seu transbordamento para o tempo de lazer, de descanso, de cuidado dos filhos, de atividades com familiares e de tarefas domésticas. As dificuldades para conciliar trabalho e vida pessoal-familiar estão inclusive entre os motivos de abandono do magistério (LAPO; BUENO, 2003).

Quanto à questão de gênero, tem sido destacada a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho. Em 1976, as mulheres ocupavam 28,8% dos postos de trabalho no Brasil (FCC, 2005), passando para 46,7% em 2007 (IPEA, 2008). No ensino brasileiro, a inserção da mulher é mais antiga, tendo ocorrido no início do século XX (LOURO, 1997; UEKANE, 2007). O magistério foi uma das primeiras profissões em que a mulher conseguiu adentrar e na qual mantém grande participação até os dias atuais (SOUZA, 2006).

Ao analisar as características dos professores do setor, entre 1992 e 2004, a partir dos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), Souza (2006) destacou a significativa participação

Observa-se que a atividade docente se dá no espaço público, na escola, e também no espaço privado, em casa, não existindo barreiras que impeçam seu transbordamento para o tempo de lazer, de descanso, de cuidado dos filhos, de atividades com familiares e de tarefas domésticas.

feminina no total de professores que, em 2004, era de 78,2%, sendo 82,1% no ensino público e 68% no privado. Como nesse setor predominam as mulheres, que ainda assumem mais as tarefas domésticas e familiares, tornam-se frequentes as vivências de conflitos entre as demandas pessoais, familiares e de trabalho (BRUSCHINI, 2007; COOPER; LEWIS, 2000).

Atualmente, existe uma quantidade até significativa de estudos sobre o trabalho dos professores. No entanto, não são muitas as pesquisas que se enfocam na jornada dos professores e, em especial, considerando a conciliação trabalho-família, o que evidencia a relevância desta pesquisa.

A seguir será apresentada a metodologia de pesquisa empregada no estudo. Em um segundo momento, demandas de trabalho dos professores pesquisados serão especificadas. Em seguida, caracterizar-se-á o funcionamento da jornada do professor em termos de direitos e

deveres contratuais e como isso fica traduzido em seu dia a dia. Por fim, será apresentado como os docentes distribuem seu tempo de trabalho entre aulas, horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e outras atividades extraclasse, bem como a frequência com que experimentam conflitos trabalho-família.

## 1 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa. As informações apresentadas neste artigo foram levantadas por meio de revisão bibliográfica, de aplicação de um questionário com 95 professores da rede pública de ensino do interior do Estado de São Paulo, e de entrevistas mais aprofundadas com 17 deles, um representante sindical e uma diretora de escola. Além disso, foi feita uma coleta na base de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), pertencente ao Ministério do Trabalho,

A pesquisa aplicada à RAIS visou o levantamento de informações sobre o número de horas trabalhadas pelos professores, levando em consideração o gênero, no Brasil e no Estado de São Paulo. Com a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas, buscou-se compreender a experiência dos professores em relação ao seu trabalho, mais especificamente à sua jornada de trabalho.

Todos os professores participantes davam aula no Ensino Fundamental II, do sexto ao nono ano, e/ou no Ensino Médio. Dentre os professores respondentes do questionário, 82,1% eram mulheres, 55,8% casados e mais da metade (56,8%) tinha filhos. Em se tratando do seu perfil profissional, observou-se que 22,1% deles atuavam entre seis a dez anos nessa função e o mesmo percentual entre 11 a 15 anos. Quase a maioria dos professores (73,7%) já trabalhou em escolas de outras cidades (1,1% não responderam). Mais da metade dos professores (66,3%) eram concursados e os demais eram admitidos em caráter temporário (ACT) ou não responderam (1,1%).

Na época da pesquisa, eles participavam de um projeto de capacitação docente chamado *Teia do Saber*, coordenado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, durante o qual foi realizada a coleta de informações.

Para uma melhor compreensão de alguns dados, contou-se também com a colaboração de um representante da APEOESP (Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), com 21 anos de docência, e de uma diretora de escola pública do Estado de São Paulo, com 15 anos nesta função. Todos os participantes da pesquisa são tratados aqui por nomes fictícios.

Como mencionado, foi realizada uma pesquisa qualitativa através da aplicação de questionários e entrevistas. O questionário, contudo, continha também variáveis quantitativas, incluindo algumas de caracterização dos professores, com as quais foram realizadas análises estatísticas descritivas adequadas para variáveis contínuas, como o cálculo da média e do desvio padrão, a partir do programa estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) e Excel. Para a análise qualitativa dos dados, foi usado o método de análise *grounded theory analysis* (CHARMAS, 2011), que envolve o levantamento de temas presentes nos dados para captar a variedade de ideias apresentadas e seu conteúdo avaliatório (positiva, negativa ou ambivalente). Assim, para as variáveis categóricas, foram calculadas as frequências absolutas e relativas de cada tipo de resposta de forma a determinar o número absoluto e a porcentagem de respondentes (frequência relativa) que se enquadravam em cada categoria. Isso foi feito com algumas informações dos questionários, como com todas as questões das entrevistas.

As entrevistas foram transcritas, procurando-se identificar temas, dimensões, categorias, tendências e relações que emergissem, visando interpretá-las. Durante a coleta, foram registradas informações que pudessem colaborar com a sua compreensão. Foi feita a seleção de fragmentos chaves das entrevistas que ilustravam as ideias e respostas dos professores.

A seguir, são analisadas as demandas de trabalho enfrentadas pelos professores, incluindo: as expectativas do seu empregador, o número de turmas, de alunos e de escolas onde atuam.

## 2 O Cotidiano e as Demandas do Professor

O Brasil tem buscado a universalização do ensino público e, nas últimas décadas, tem aumentado o número de alunos matriculados na educação básica (RIGOTTO; SOUZA, 2005).

Ao mesmo tempo, foram criados diferentes mecanismos de avaliação do ensino, como: Prova Brasil, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). O MEC (Ministério da Educação) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. Este índice considera o percentual de aprovação na escola, cidade ou estado, de acordo com o censo escolar, bem como o desempenho dos alunos nos exames nacionais de Português e Matemática da Prova Brasil e do SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica (LORENZONI, 2008; RIGOTTO; SOUZA, 2005).

A Prova Brasil foi criada em 2005 e avalia todos os alunos do quinto ao oitavo ano das escolas públicas. A avaliação possibilita gerar uma nota por escola e aluno. O SAEB foi criado em 1990, tem periodicidade bienal e avalia as disciplinas de Português e Matemática. Ele é realizado com alunos do quinto e do nono ano do Ensino Fundamental, bem como com alunos do terceiro ano do Ensino Médio das escolas públicas e privadas, que são escolhidos por amostragem (RIGOTTO; SOUZA, 2005).

O Ensino Médio é avaliado ainda pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), criado em 1998 e realizado anualmente. Esse exame avalia os candidatos por meio de uma redação e de questões de múltipla escolha que abarcam conhecimentos gerais (RIGOTTO; SOUZA, 2005).

O professor recebe, além da demanda por qualidade de ensino, expectativas de mudar o cenário educacional e a vida do público atendido. Mesmo sem a estrutura necessária, é esperado que ele faça a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e que apoie os alunos e seus familiares expostos à violência.

No Estado de São Paulo foi criado também o SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), que existe desde 1996. As matérias que compõem a prova são: Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza (RIGOTTO; SOUZA, 2005; SEESP, 2007).

Esses mecanismos de avaliação se tornaram uma forma de responsabilização dos professores pelo desempenho dos alunos e de hierarquização das escolas, sem que se observem, muitas vezes, os mecanismos para auxiliar aquelas com desempenho ruim. Neste estudo evidenciou-se isso pelo fato de que a concessão do bônus aos professores está atrelada ao desempenho dos alunos no SARESP, o que foi confirmado pelas entrevistas e pelo documento publicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP, 2008).

O professor recebe, além da demanda por qualidade de ensino, expectativas de mudar o cenário educacional e a vida do público atendido. Mesmo sem a estrutura necessária, é esperado que ele faça a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e que apoie os alunos e seus familiares

expostos à violência. Além disso, os professores enfrentam outras dificuldades na profissão, como salas lotadas, agressões dos alunos, falta de reconhecimento em termos salariais e longa jornada de trabalho (CODO; VASQUES-MENEZES, 2000; FARIA; RACHID, 2009).

A partir dos questionários, foi verificado que 59% dos professores trabalhavam em mais de uma escola e 16,9% em mais de duas, conforme mostra a TAB. 1.

A diretora entrevistada comentou que há diferenças a nesse sentido entre as disciplinas assumidas:

No caso das disciplinas Matemática e Português, que são seis aulas por classe, os professores geralmente são fixados em uma única unidade escolar. Já, por exemplo, Inglês, Ciências e Química, que são duas horas semanais, muito dificilmente eles conseguem as 33 aulas em uma única escola (Edna, diretora, efetiva - 15 anos na função).

TABELA 1 - Número de escolas em que os professores trabalham

Número de Escolas	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
1	38	40,0
2	40	42,1
3	9	9,5
4	7	7,4
Não respondeu	1	1,0
Total	95	100,0

\* O n corresponde ao número total de respostas  
 FONTE: As autoras (2015)

A atuação do docente em mais de uma escola não é um fenômeno novo no setor de ensino. Outros estudiosos também já tinham notado, nas décadas anteriores, que um percentual significativo dos professores atuava em mais de uma instituição de ensino. Gatti, Esposito e Silva (1994) identificaram 40% dos professores de Minas Gerais e São Paulo nessa situação. Isso implica na necessidade de o professor dedicar um tempo ao deslocamento, pois precisa se deslocar muitas vezes rapidamente de uma escola para a outra, sem receber o apoio necessário, como comentam Codo e Vasques-Menezes (2000).

Segundo a diretora, “com certeza, [os professores] preferem uma única escola”. Além disso, ela comentou que além do problema com transporte, os professores que atuam em mais de uma escola podem ter problemas para cumprir mais de um calendário, dia de reuniões. Uma professora da disciplina de Ciências Biológicas reforça este aspecto e aponta ainda outro problema decorrente dessa situação:

Preferiria ficar em uma escola só. Geralmente, uma escola está trabalhando com um projeto e a outra trabalha com uma coisa totalmente diferente. Então você precisa se desdobrar. Estando em uma só, os conflitos são menores (Lucimar, 46 aulas, professora, efetiva - 11 anos de docência).

O número de turmas sob responsabilidade dos respondentes, apresentado na TAB. 2, varia de 1 a 40, com uma média de 11,4 (desvio padrão = 6,67). Muitos professores (25,26%) tinham de 6 a 10 turmas e 37,9%, de 11 a 20 turmas.

TABELA 2 - Número de turmas por professor

Turmas	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
1 a 5	18	18,9
6 a 10	24	25,3
11 a 15	22	23,2
16 a 20	14	14,7
21 a 40	5	5,3
Não respondeu	12	12,6
Total	95	100,0

\* O n corresponde ao número total de respostas  
 FONTE: As autoras (2015)

O número de alunos por professor também é alto, sendo que 21,1% tinha entre 301 e 450 alunos e 18,9%, entre 451 e 600, como mostra a TAB. 3. A média de alunos por professor era de 404,7 (desvio padrão= 224,7), com o mínimo de 16 e máximo de 1210 alunos.

Merece atenção o fato de ser identificada uma concentração até significativa de professores em situações extremas de trabalho, com vínculo em três ou quatro escolas (16,9%), mais de 16 turmas (17,9%) e responsáveis por mais de 451

alunos (34,7%), chegando a ter professores com 40 turmas e 1210 alunos. Tais demandas têm implicações sobre a jornada de trabalho do professor em termos de intensidade e extensão e, por conseguinte, pode influenciar sua saúde e conciliação trabalho-família.

Apresenta-se, no tópico seguinte, o funcionamento da jornada docente, o tempo dedicado para o ensino e outras atividades e os conflitos trabalho-família experimentados.

TABELA 3 - Número de alunos por professor

Número de Alunos	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
16-150	13	13,7
151-300	13	13,7
301-450	20	21,1
451-600	18	18,9
601-1210	15	15,8
Não respondeu	16	16,8
Total	95	100

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTE: As autoras (2015)

### 3 O Tempo de Ensino e os Outros Tempos Docentes

Com os dados coletados, pôde-se perceber que os professores eram contratados como horistas, o pagamento era por hora-aula ministrada. Os professores efetivos, em São Paulo, tinham um mínimo de 20 aulas por semana e o máximo de 33. Cada aula tem a duração de 50 minutos, conforme afirmaram o representante sindical e a diretora entrevistados. Além das aulas, eles precisavam cumprir o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) e o horário de trabalho pedagógico individual (HTPI) ou trabalho em local de livre escolha, proporcionais ao número de aulas (APEOESP, 2006).

Professores com 20 aulas em sala, por exemplo, tinham mais 2 horas em HTPC e 2 horas em local de livre escolha; professores com 25 aulas

tinham mais 2 horas em HTPC e 3 em local de livre escolha (APEOESP, 2006). A diretora entrevistada explicou que a jornada inicial de 20 aulas semanais do professor efetivo que ingressou pode mudar durante o transcorrer do ano se surgirem mais aulas “[...] até o limite máximo de 33 aulas, que o professor pega se quiser. Seriam aulas na própria escola ou em outra unidade escolar”.

A diretora comentou ainda que a jornada diária “não pode ultrapassar oito aulas. Pode trabalhar até em três turnos, mas só com oito aulas”.

Em julho de 2009, depois da entrevista, foi aprovada uma lei que instituiu a jornada integral e a jornada reduzida dos professores do Estado de São Paulo, deixando de existir apenas a sua contratação e o pagamento como horistas. A jornada integral proposta era de 40 horas semanais, sendo 33 horas com os alunos, três para HTPC na escola e quatro em local de livre escolha. A jornada reduzida era de 10 horas em atividades com os alunos e duas horas em HTPC. Os professores podiam escolher a redução, manutenção ou ampliação de sua jornada, anualmente, durante a atribuição inicial de aulas (SEESP, 2009).

Esse limite de 33 aulas, entretanto, não impedia que o professor também ministrasse aulas em escolas particulares ou exercesse outra atividade remunerada. Ricardo, o representante sindical, comentou que “é possível acumular dois cargos públicos”, até mesmo “dois cargos de professor”: A esse respeito, ele exemplificou que “existem vários casos, aqui, de professor que tem dois cargos na mesma escola. Ele acumula dois cargos de professor de Português. Então, ele dá [até] 64 aulas na mesma escola”.

Conforme ele tinha observado,

a partir do final da década de 1990, a quantidade de professores que acumulam dois vínculos empregatícios, Estado com Estado ou Município com o Estado, é até mais expressivo por conta do fenômeno da municipalização [do ensino]. Isso abriu mais vagas no município e diminuiu [as aulas no Estado] em determinadas cidades [...] Isso obriga o professor, até por uma questão de segurança, a buscar também a efetivação na rede municipal (Ricardo, representante sindical, efetivo - 21 anos na docência).

Com a municipalização, foi transferida a gestão de escolas e, por conseguinte, de professores e de alunos, de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental Ciclo I, para os governos municipais (SOUZA; FARIA, 2004). Segundo Martins (2003), a municipalização se consolidou em 1995, quando 79% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental, em São Paulo, eram geridos pela Secretaria Estadual. Em 2007, 41,3% das matrículas era de gestão estadual e 46,3%, municipal (INEP, 2008).

Outro motivo para o acúmulo de vínculos é o valor baixo da hora-aula. Faria e Rachid (2009) argumentam que, na perspectiva deles, os baixos salários estão entre os piores aspectos do trabalho dos professores. Por isso, segundo o representante sindical, os professores buscam “usar todo seu espaço e tempo procurando vínculos empregatícios”.

A situação costuma ser pior para os professores admitidos em caráter temporário (ACT), que não têm um número mínimo de aulas garantido e cuja jornada pode variar muito de uma semana para outra. Eles geralmente substituem os professores efetivos em licença (FARIA; RACHID, 2010).

Em cada um dos vínculos, no caso do professor do estado, além das aulas, os professores pesquisados tinham de cumprir o HTPC, no qual os professores devem se reunir para discutir suas estratégias de ensino, e também as horas de trabalho em local de livre escolha, que são remuneradas e previstas para as atividades extraclasse, como preparação e correção de atividades e avaliações. Faria e Rachid (2010) comentam a esse respeito que tais atividades consomem muito tempo e frequentemente os professores extrapolam as horas previstas.

Quanto ao tempo dedicado ao ensino, observou-se que os professores participantes desse estudo se concentravam principalmente na faixa de 26 a 35 aulas por semana, logo seguida pela faixa de 46 a 64 aulas, como mostra a TAB. 4. A média de aulas por semana era de 34,8 (desvio padrão de 12,2). Nos extremos, havia uma professora com 3 aulas e outra com 64 aulas.

TABELA 4 - Número de aulas semanais

Número de Aulas	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
3 a 15	5	5,3
16 a 25	13	13,7
26 a 35	35	36,8
36 a 45	18	18,9
46 a 64	16	16,8
Não respondeu	8	8,5
Total	95	100

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTE: As autoras (2015)

Na TAB. 5 apresenta-se a quantidade de horas dedicadas pelos professores ao HTPC por semana. A maior parte dos professores dedica três horas, seguidos pelos que dedicam duas horas.

TABELA 5 - Horas semanais de trabalho pedagógico coletivo (HTPC)

Quantidade de Horas	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
1	3	3,2
2	32	33,7
3	35	36,8
4	12	12,6
5	5	5,3
Não respondeu	8	8,4
Total	95	100

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTE: As autoras (2015)

É comum, entre os professores, chamar o HTPC de “horário de tempo perdido coletivo”. Como comenta um entrevistado,

esse horário poderia ser bem mais aproveitado. Seria muito melhor se o corpo docente se reunisse e discutisse sobre as classes, os alunos. Geralmente, [as HTPC] são utilizadas [pelo coordenador pedagógico e pelo diretor] para transmitir avisos sobre projetos, mas eu acho que seria muito mais importante [...] discutir como estão as classes, para tentar solucionar os problemas (Silvio, 43 aulas, professor, efetivo - 8 anos de docência).

Outro entrevistado, no entanto, tem outra avaliação do HTPC:

Ali, você vê a realidade da escola. É onde você conversa sobre alunos que têm problemas, onde o coordenador passa um trabalho a ser feito com esse aluno. Temos problemas lá no nosso bairro, [por exemplo,] de gravidez precoce de adolescentes (Celso, 29 aulas, professor admitido em caráter temporário - 7 anos de docência).



Já a remuneração das horas de trabalho, em local de livre escolha, na visão do representante sindical, representa uma conquista da categoria. Ele comenta ser útil “para que o professor possa planejar aulas, corrigir provas e atividades, já que os professores não recebem nenhum pagamento adicional pelas horas a mais dedicadas a essas atividades”. Ele ressalta, contudo, que, em 1997, no governo de Mário Covas, diminuíram as horas de trabalho de livre escolha e foi introduzido o HTPC, que, segundo ele, “foi uma reivindicação dos professores, mas como uma forma de diminuir a jornada em sala e discutir na própria escola, de maneira coletiva, os problemas que poderiam ser solucionados”. Ele avalia que essa mudança, no modo como foi conduzida, representou um ataque às conquistas anteriores: “O governo manteve a jornada e obriga o professor, além de 33 [aulas], a ficar mais três horas na escola para fazer a discussão pedagógica. [O Governo] usou isso, na verdade, para ampliar o tempo do professor na escola”.

Polato (2008), em uma pesquisa com 500 professores das capitais brasileiras, observou que os professores gastam, em média, 59 horas por semana em atividades de trabalho, sendo apenas metade desse tempo dedicado à sala de aula. Na amostra de 119 professores da rede pública na região Sudeste, pesquisados por Levy et al. (2009), 44% trabalhavam mais de 60 horas por semana.

A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) defende a redução do tempo dos professores em sala de aula e aumento do tempo remunerado para preparação (APEOESP, 2006). A diretora entrevistada comenta a atuação sindical em relação à jornada:

Antigamente, as jornadas eram: a inicial, 25 [aulas], e a integral, 30, podendo chegar a um limite de 40 horas. Agora, [a inicial é de 20] e a integral, 33, chegando a 60 quando você acumula [...]. Essa jornada atual [...] foi uma reivindicação da APEOESP, sendo a redução uma conquista. Atualmente, eles querem que essa jornada máxima seja reduzida para 20 horas-aula semanais e que as outras 10 sejam de dedicação na própria escola, incluindo HTPC, leituras, capacitação, correção de provas, preparando aulas. Para o professor preparar bem uma aula, eu acho que seria o ideal para todos (Edna, diretora, efetiva - 15 anos na função).

Além das aulas e do HTPC, 50,6% dos professores pesquisados gastam de uma a seis horas semanais em outras atividades ligadas à escola, incluindo as horas remuneradas em local de livre escolha, como mostra a TAB. 6.

TABELA 6 - Tempo em outras atividades ligadas à escola

Horas	Frequência Absoluta (n=95)*	Frequência Relativa (%)
1 a 3	22	23,2
4 a 6	26	27,4
7 a 10	12	12,6
11 a 20	3	3,2
20 a 40	3	3,2
Não respondeu	29	30,4
Total	95	100

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTES: As autoras (2015)

As modalidades de atividades extra-aula, além do HTPC, desenvolvidas pelos professores, são apresentadas na TAB. 7. A atividade mais mencionada foi: a preparação de aulas, que envolve pesquisa em livros e internet, desenvolvimento de dinâmicas, estudo e confecção de material didático. A segunda atividade mais mencionada foi os cursos de capacitação, presencial ou à distância. Vale destacar, inclusive, que os dados para esse estudo foram obtidos durante um programa de capacitação docente, *Teia do Saber*, que ocorria aos sábados, com carga horária de 8 horas a cada encontro.

Destacam-se também as discussões interdisciplinares e os projetos relacionados à disciplina que ministram, como: visitas a parques, exposições, museus, observatórios. Também citaram a organização de eventos, festas e olimpíadas.

O Programa Escola da Família, citado por alguns professores, existe apenas no Estado de São Paulo e conta com a participação de estudantes universitários e voluntários. Seu objetivo é oferecer, nos finais de semana, atividades esportivas, culturais, de saúde e de trabalho à comunidade (PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA, 2008).

Dos 95 professores, 23 (24,21%) disseram ter outros cargos ligados à escola, entre os quais estão os de coordenador, monitor, diretor e inspetor de alunos. Além disso, 11 professores (11,57%) disseram exercer outras atividades remuneradas, não ligadas à escola, como: aulas particulares e vendas autônomas.

TABELA 7 - Atividades ligadas à escola além das aulas e do HTPC

Atividades	Frequência Absoluta (n=93)*	Frequência Relativa (%)
Preparação de aula	40	43,0
Cursos de capacitação	14	15,0
Projetos relacionados às disciplinas	12	12,9
Correção de provas	10	10,7
Aulas extras no Programa Escola da Família	3	3,3
Outros	3	3,3
Coordenação do Ensino Médio	2	2,2
Ajuda na secretaria	2	2,2
Preparar atividades extraclasse	2	2,2
Visitas e conversas com alunos	2	2,2
Aulas de reforço	1	1,0
Orientação de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)	1	1,0
Orientação de estágio	1	1,0
Total	93	100

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTE: As autoras (2015)

Quanto à carga horária total desses 95 docentes, vale retomar que, em um estudo anterior, Faria e Rachid (2010) mencionam que há uma maior concentração deles na faixa de mais de 44 horas semanais, ou seja, 32 dos 95 informantes se encontram nessa faixa, representando 33,7%. Inclusive observaram que 10 trabalham de 56 a 65 horas semanais (10,52%) e 4 mais de 66 horas

“O professor passa o final de semana, praticamente, se dedicando [a atividades extraclasse], preparando aula, corrigindo provas, o que é desgastante para todo mundo”.

semanais (4,21%). A segunda maior concentração foi na faixa de 31 a 40 horas semanais (n=28, 29,5%).

Essas mesmas autoras identificaram também, por meio de análise dos dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), que existe uma maior concentração dos professores, tanto no Brasil como no Estado de São Paulo, nas jornadas de 41 a 44 horas semanais.

Analisando-se especificamente a jornada por gênero, foram notadas pequenas diferenças tanto no Estado de São Paulo quanto no Brasil como um todo. Há um percentual maior de homens na jornada de 41 a 44 horas semanais. No Brasil, em 2000, eram 36,1% de mulheres para 40,8% de homens nesta jornada e, em 2005, 46,3% de mulheres para 49,1% de homens. No Estado de São Paulo, em 2000, tinham 45% de mulheres para 52,3% de homens e, em 2005, 48,4% de mulheres para 49,9% de homens. Entre as mulheres, a segunda maior concentração foi na faixa de 21 a 30 horas e, entre os homens, na faixa 0 a 12 horas, na qual é mais viável acumular outro vínculo.

Ainda em relação ao período de trabalho, 21 (22,10%) dos informantes da pesquisa disseram trabalhar nos finais de semana, 28 (29,47%) trabalham às vezes e 40 (42,10%) não trabalham<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Dos professores, 6,3% não respondeu a questão relativa ao trabalho nos finais de semana.

A diretora comenta que “o professor passa o final de semana, praticamente, se dedicando a [a atividades extraclasse], preparando aula, corrigindo provas, o que é desgastante para todo mundo”. Ela complementa que isso contribui para o aparecimento de conflitos entre trabalho e família.

As atividades de trabalho realizadas nos finais de semana pelos professores são apresentadas na TAB. 8. Notou-se que 76,9% (n=40) das menções de atividades estão relacionadas à docência, sendo mais lembrada a preparação de aulas e os cursos de aperfeiçoamento. As demais atividades mais citadas são as domésticas.

A jornada de trabalho é uma variável que pode contribuir para o surgimento de conflitos trabalho-família. Os conflitos trabalho-família, por sobreposição, são enfrentados quando existe concorrência entre duas atividades dessas diferentes esferas (COOPER; LEWIS, 2000; FARIA, 2002; FARIA, 2005).

Em relação aos conflitos trabalho-família, observou-se que dos 95 professores, 72,6% enfrentaram conflitos por sobreposição, com origem no trabalho e impacto sobre a família. Os conflitos por sobreposição, com origem na família e impacto para o trabalho, foram relatados por 35,8% dos professores.

Uma professora faz o seguinte relato acerca dos conflitos vivenciados entre trabalho e família:

Depois que tive filho, enfrento um pouco de dificuldade, porque acho que eu deveria ter um pouco mais de lazer, estar mais descansada para ficar com meu único filho. Em relação ao trabalho, é um conflito, porque eu gostaria também de ter aquele momento para meus projetos com os alunos, que eu sempre fiz. Mas, se eu fizer isso, acho que estou dedicando muito pouco a meu filho. Tenho poucas horas para ficar com ele, então, é um conflito mesmo (Lucimar, casada, 46 aulas, professora efetiva - 11 anos de docência).

TABELA 8 - Atividades de trabalho nos finais de semana

Explicações	Frequência Absoluta (n=52)*	Frequência Relativa (%)
<b>Atividades ligadas à docência</b>		
Preparação de aulas	23	44,2
Cursos de aperfeiçoamento	5	9,6
Trabalho voluntário na escola da família	4	7,7
Correção de provas e trabalhos	3	5,8
Aulas particulares	2	3,9
Aulas de aprofundamento na escola particular	1	1,9
Atividades na escola	1	1,9
Treinamento da turma aos sábados	1	1,9
Subtotal	40	76,9
<b>Outras atividades</b>		
Trabalhos domésticos	7	13,5
Zeladoria da escola	1	1,9
Oficina (em casa)	1	1,9
Trabalhos com artesanato	1	1,9
Decoração de festas	1	1,9
Em uma lanchonete	1	1,9
Subtotal	12	23,1
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

\* O n corresponde ao número total de respostas

FONTE: As autoras (2015)

Uma entrevistada fala das mudanças que ocorreram nas atividades que realiza no final de semana depois que se casou:

No domingo eu só ficava trabalhando. Agora, eu me dedico mais a meu marido. Se não, ele se separa de mim. [...] Eu acho que esse é o maior problema do professor. Outras profissões não têm esse desgaste no final de semana. Por exemplo, se você vai trabalhar no banco, em funções normais, não leva serviço, enquanto a gente leva sempre. [...] Esse trabalho de correção em casa cansa” (Amanda, 38 aulas, professora efetiva - 14 anos de docência).

[...] os professores consideram o valor pago pela hora-aula muito baixo, o que explica o fato de muitos deles buscarem vínculos empregatícios com mais de uma escola e de terem uma jornada de muitas horas.

Ao mesmo tempo, ela indica o interesse em manter a mesma carga horária de trabalho, justificando:

Enquanto eu não tenho filhos, eu levo bem esse horário meu, apesar de ter bastante aula. O meu problema não é nem o trabalho em sala de aula, o problema é a correção de todo esse trabalho. [...] Na escola particular, eu trabalho só com redação, então, chega no final de semana, tem aquele monte de redação para corrigir [...]. Às vezes você tem que optar entre sair com o marido para passear em algum lugar ou corrigir redação (Amanda, 38 aulas, professora efetiva - 14 anos de docência).

Pôde-se observar que os professores consideram o valor pago pela hora-aula muito baixo, o que explica o fato de muitos deles buscarem vínculos com mais de uma escola e de terem uma jornada de muitas horas. Como consequência, muitos professores vivenciam conflitos entre as responsabilidades de trabalho e pessoal-familiares e podem estar enfrentando dificuldades para seu aperfeiçoamento profissional, preparação de aulas e correção de provas, o que certamente tem reflexos na qualidade do ensino.

## Conclusões

Neste artigo foi analisada a jornada dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo com enfoque nas demandas de seu cotidiano de trabalho, no funcionamento da jornada e nos conflitos trabalho-família experimentados.

Atualmente, no Brasil, um dos principais propósitos no âmbito educacional tem sido conseguir aliar o acesso ao ensino público por todos os cidadãos, ou seja, sua universalização, com a qualidade do ensino. Apesar dos avanços conseguidos nesse sentido, são evidenciados ainda problemas preocupantes expressos na evasão, repetência, distorção idade-série e analfabetismo, propriamente dito ou funcional. É na sala de aula que todas essas demandas chegam ao professor.

Visando melhorar a qualidade do ensino, têm sido criados indicadores educacionais, no âmbito nacional e estadual, centrados na aplicação de provas nos alunos. No Estado de São Paulo, os professores são responsabilizados pelos resultados de aprendizagem apresentados pelos alunos, o que é evidenciado pelo fato de a concessão do bônus aos professores estar atrelada ao desempenho dos alunos no SARESP (sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo). Essas demandas certamente têm implicações tanto sobre a extensão da jornada de trabalho do professor quanto sobre sua intensidade, e, deste modo, podem contribuir para o surgimento de conflitos entre trabalho e família e mesmo para seu adoecimento, tendo, por conseguinte, impactos desfavoráveis sobre a qualidade de ensino.

Alguns aspectos das rotinas de trabalho dos 95 professores pesquisados demonstram as demandas que recebem e ajudam a entender a sua jornada. Os professores se concentram principalmente na faixa de 26 a 35 aulas por semana, logo seguida pela faixa de 46 a 64 aulas, sendo a média de horas-aula 34,8 (desvio

padrão de 12,2). No extremo, foi encontrada uma professora com 64 aulas. O número de alunos por professor também é alto, sendo a média de 404,7 alunos por professor (desvio padrão=224,7), com o mínimo de 16 e máximo de 1210 alunos.

Os professores também precisam desenvolver diversas atividades extraclasse, para as quais contam com o HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), cumprido na escola, e com o HTPI (Horário de Trabalho Pedagógico Individual), tratado como horário em local de livre escolha, ambos remunerados. Nem sempre, contudo, essas horas pagas cobrem o tempo realmente gasto com as atividades extraclasse.

Foi identificado que, de um lado, o sindicato dos professores busca diminuir a jornada e, do outro, existem iniciativas do governo para aumentá-la, especialmente através das atividades extraclasse, que fazem parte do cotidiano do docente. As definições, no âmbito de política pública estadual, sobre o número de horas que devem ser cumpridas pelos professores em aulas, em HTPC e em HTPI influenciam a saúde do professor, a emergência de conflitos trabalho-família e, por conseguinte, a qualidade do ensino.

Em termos de jornadas e faixas salariais, as diferenças de gênero não são marcantes, mas existem. A maior concentração se dá na jornada de 41 a 44 horas semanais, na qual a participação dos homens é maior. As mulheres têm sua segunda maior concentração na faixa de 21 a 30 horas e os homens, na de 0 a 12 horas.

Diante do grande percentual de professores que estão vivenciando conflitos trabalho-família, em especial com origem no trabalho e impacto para a família, e de suas implicações, em termos de saúde e qualidade de ensino, mostra-se interessante repensar a distribuição dos tempos docentes enquanto política de gestão pública.

Seria interessante ampliar este estudo por meio de uma discussão sobre a jornada de trabalho de professores de outros níveis de ensino, bem como de outras redes públicas, municipais

e de outros estados brasileiros, por exemplo. Tais investigações contribuiriam em uma comparação com os resultados desta pesquisa, cujo enfoque foi os professores da rede pública do Estado de São Paulo. Também é possível explorar o impacto da tecnologia da informação sobre a jornada de trabalho do professor, especialmente em termos de atividades extraclasse.

Entender as representações sobre a questão proposta por outros atores institucionais envolvidos com o trabalho do professor, como os idealizadores de políticas públicas, representados pelo secretário da educação, ministro da educação, governador etc. é outra possibilidade igualmente relevante de pesquisa. Além disso, é importante envolver mais diretores de escolas e representantes sindicais ao estudar o tema.

## Referências

- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- CHARMAS, K. Grounded theory methods: in social justice research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2011, p. 359-380.
- CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. Burnout: Sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, São Paulo: CUT, 2000.
- COOPER, C. L.; LEWIS, S. **E agora, trabalho ou família?** São Paulo: Tâmis, 2000.
- FARIA, G. S. S.; RACHID, A. Análise da diversidade de contratos de trabalho no ensino público. **Revista da ABET**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 148-164, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15493>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- \_\_\_\_\_. A dor e a delícia de ser professor: uma análise do trabalho na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. **Cadernos da Escola de Negócios**, Curitiba, v. 1, n. 7, p. 1-17, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unibrazil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/50/48>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- FARIA, G. S. S. **Jornada de Horas Reduzidas e Equilíbrio Trabalho e Família no Setor Bancário**. 2005. 140 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Estratégias para minimizar os conflitos entre trabalho e família**. 2002. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Mulheres no mercado de trabalho: grandes números** – Mulheres no mercado de trabalho: indicadores de participação econômica. 2005. Disponível em: <[www.fcc.org.br/mulher/series\\_historicas/mtf.html](http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html)>. Acesso em: 30 abr. 2009.
- GATTI, B.; ESPOSITO, Y. L.; SILVA, R. N. Características de professores(as) de 1º grau no Brasil: perfil e expectativas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 48, p. 248-260, ago. 1994.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Publicada sinopse estatística da educação básica de 2007**. 2008. Disponível em: <[www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08\\_08.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news08_08.htm)>. Acesso em: 4 dez. 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pnad 2007: primeiras análises – demografia e gênero**. Brasília: IPEA; 2008. v. 3. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br/pdf/4957.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2008.
- LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- LEVY et al. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. **Produção**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 458-465, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v19n3/04.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- LORENZONI, R. **Conselheiros conhecem os sistemas de avaliação da educação básica**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=11361](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11361)>. Acesso em: 7 out. 2008.
- LOURO, G. L. Mulheres nas salas de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, UNESP, 1997. p. 443-481.
- MARTINS, A. M. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Caderno de Pesquisa**, n. 20, p. 221-238, nov. 2003.
- POLATO, A. Remédios para o professor e a educação. **Nova Escola**, v. 12, n. 211, p. 38-44, abr. 2008.
- PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA. **Apresentação**, 2003. Disponível em: <[www.escoladafamilia.sp.gov.br/apresentacao.htm](http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/apresentacao.htm)>. Acesso em: 26 out. 2008.
- RIGOTTO, M. E.; SOUZA, N. J. Evolução da educação Brasil, 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 339-350, ago./dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/278>>. Acesso em: 7 out. 2008.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SEESP). Lei Complementar nº 1.094, de 16 de julho de 2009. Institui a jornada integral de trabalho docente e a jornada reduzida de trabalho. In: CASTRO, M. H. G. de. **Bonificação por desempenho**. Seminário: Remuneração por mérito e a qualidade do ensino. Disponível em: <[www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0917/bonus\\_mhcastro.pdf](http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0917/bonus_mhcastro.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo (SARESP)**. 2007. Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://saresp.edunet.sp.gov.br/2007/subpages/saresp.html>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). Plano de Carreira: construindo um plano de carreira para os professores. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 269, jun. 2006. Disponível em: <[http://apeoespsub.org.br/especiais/plano\\_de\\_carreiras\\_2006.pdf](http://apeoespsub.org.br/especiais/plano_de_carreiras_2006.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2009.

SOUZA, A. N. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: COSTA, A. O. et al. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 355-370.

\_\_\_\_\_. Professores e mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE (REDESTRADO), 6., 2006, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a02>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

UEKANE, M. N. Mulheres em sala de aula: um estudo acerca da feminização do magistério primário na Corte (1879-1885). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30., 2007, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, 2007.

- Recebido em: 05/07/2015
- Aprovado em: 10/10/2015